
ATA VI CONSEME - 2025

Aos quatorze dias do mês de maio, em segunda chamada (15h30), foi realizada reunião extraordinária de forma remota através *do Meet*. Estiveram presentes os titulares Sarah M. M. Severino, Anelise Geraldo, Wilson Vieira Filho, Suelen Mateus A. da Silva, Daniel L. de Oliveira, Livia F. N. Firmo, Dayane R. Masselai, Regiane Aparecida Stempiem da Silva, e as suplentes Jéssica Lysiane Becker, Valéria P. A. Rosa, Aline Luiza Tonezer Pereira, Simone Hermes dos S. Almeida, Josiane Fidelis, justificaram a ausência Damiani Sebrão(Ensino Superior), Regina da S. Mendes(Ed. Especial) não justificaram a ausência: Poder Executivo, Ed. Infantil, Estudantes da Educação Básica, Sociedade Civil (Rotary e APROBC), Conselho Tutelar. A presidente iniciou a reunião dando boas vindas, em seguida passou a palavra para o conselheiro relator Wilson, que informa que ele juntamente com a conselheira Regina, elaboraram o Parecer 07/2025: Projeto de Lei Ordinária N° 21/2025 que dispõe sobre a substituição de sirenes e sinos por músicas e sinais luminosos nas instituições de ensino públicas e privadas no município de Balneário Camboriú de autoria do Vereador Kaká Fernandes. INTERESSADO: Vereador Guilherme Cardoso. RELATORA: Regina da Silva Mendes e Wilson Vieira Filho. I - RELATÓRIO: Este Conselho recebeu para análise o Projeto de Lei Ordinária N.º 21/2025, que dispõe sobre a substituição das sirenes e sinos por músicas e sinais luminosos nas instituições de ensino públicas e privadas do município de Balneário Camboriú. O projeto visa promover inclusão e acessibilidade a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Trastorno Opositivo-Desafiador (TOD), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e outras condições sensíveis ao uso de sirenes tradicionais. Foram examinados o texto do projeto e sua justificativa, que ressalta os benefícios da medida, além do impacto positivo demonstrado em municípios e estados onde a legislação foi implementada. O tema encontra consonância com os direcionamentos estabelecidos no Plano Municipal de Educação (PME) vigente, que norteia as políticas educacionais do município buscando a inclusão e a promoção de um ambiente educacional acolhedor e acessível para todos. II ANÁLISE e FUNDAMENTAÇÃO: Historicamente a adoção dos sinos nas escolas reflete a influência dos métodos industriais na organização do tempo e da disciplina. Para Cohn (2008), assim como nas fábricas, onde o sino regulava as atividades dos trabalhadores, os sinos escolares passaram a regular as atividades dos estudantes, promovendo uma rotina estruturada e disciplinada,

sendo adaptada ao contexto educacional para atender às necessidades de organização e disciplina. Essa transição reflete a influência dos modelos industriais na estruturação do ambiente escolar, especialmente durante a Revolução Industrial e não visava atender a criança e a aprendizagem. Além disso, a escola, como ambiente inclusivo, busca abordar os estudantes como um todo, levando em consideração suas características individuais, como sensibilidades, transtornos, dificuldades de aprendizagem, e tudo o que pode interferir no processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, analisando o Projeto de Lei n. 21/2025 que trata sobre a substituição de sirenes e sinos por sinais musicais, entendemos que há a necessidade de alterar esse modelo de aviso para algo menos agressivo às pessoas que têm sensibilidade sensorial. Os artigos, 2º, 3º e 4º, vão ao encontro do que trata sobre a hipersensibilidade auditiva, que é uma característica comum em pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e pode impactar significativamente seu desenvolvimento e aprendizagem. Pessoas com TEA frequentemente apresentam reações intensas a sons que, para outros, são considerados normais. Estudos como o de Ferreira (2019), indicam que a hipersensibilidade auditiva pode interferir no desenvolvimento da linguagem e em habilidades cognitivas complexas. Alterações nos processos sensoriais básicos podem impactar diretamente o desenvolvimento de funções mais complexas, como a comunicação e a aprendizagem. Ambientes escolares com altos níveis de ruído podem prejudicar a aprendizagem de todos os estudantes, especialmente os com TEA, pois o ruído pode causar mal estar. Por isso, é essencial implementar estratégias que minimizem estímulos auditivos e visuais, como isolamento acústico e organização espacial que considere zonas de estímulo sensorial. Essas adaptações visam criar um ambiente mais confortável e propício ao aprendizado como assevera Batista (2021). Persiste a indagação acerca do custeio da substituição proposta. A instalação de sistemas sonoros e luminosos, destinados a substituir sirenes convencionais por músicas e sinais visuais, exige a aquisição de luminárias e caixas acústicas dimensionadas para todos os espaços pedagógicos e administrativos (salas de aula, laboratórios, sanitários, quadras esportivas, entre outros). Tal investimento revela-se oneroso para as unidades escolares, sobretudo quando se considera a necessidade de contratação de mão de obra especializada para a implementação. Nesse contexto, torna-se imprescindível que o Poder Executivo municipal assegure, em seu orçamento, dotações específicas para financiar essa adequação nos Centros Educacionais Municipais (CEMs) e Núcleos de Educação Infantil da rede pública, garantindo a efetividade da norma. O anexo justificativo do Projeto de Lei menciona que os



recursos adviriam de “programas governamentais destinados à inclusão e acessibilidade nas escolas”. Entretanto, tais repasses não se efetivam de forma anual e sistemática: algumas instituições já foram contempladas e não há previsão de novo aporte. O texto legal, portanto, carece de indicação de fontes alternativas de financiamento, uma vez que os estabelecimentos de ensino não dispõem de recursos próprios suficientes para cumprir a eventual obrigação. Por fim, cumpre registrar que, no âmbito da rede privada, a implementação da nova tipologia de alarme deverá ser custeada com recursos próprios das respectivas instituições. A análise normativa deste projeto de lei encontra respaldo no Plano Municipal de Educação de Balneário Camboriú, que estabelece, entre suas meta e diretrizes, a oferta de condições para uma educação inclusiva, garantindo o direito de todos os alunos ao aprendizado em contextos que respeitem suas singularidades e necessidades específicas. De acordo com as prioridades do PME, destaca-se a importância da acessibilidade e da eliminação de barreiras que possam prejudicar o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes, especialmente aqueles com deficiências ou transtornos sensoriais. A substituição das sirenes por músicas apropriadas e sinais luminosos sincronizados atende diretamente essas metas, propiciando um ambiente mais acolhedor e inclusivo, conforme previsto nas ações planejadas pelo município. Pedagogicamente, a medida reduz o desconforto e o estresse causados por sons intensos, beneficiando não só alunos com TEA, TOD, TDAH, mas também com deficiência auditiva. Adicionalmente, contribui para o ambiente escolar em sua totalidade, promovendo maior harmonia e qualidade de ensino. Administrativamente, o projeto prevê a adaptação das instituições em um prazo suficiente de 180 dias e a alocação de recursos por programas governamentais voltados à inclusão educacional, alinhados às estratégias previstas no PME para implementação gradual e sustentável das ações de acessibilidade. III - CONCLUSÃO E VOTO DOS RELATORES: Considerando o alinhamento do Projeto de Lei Ordinária n.º 21/2025 às diretrizes e metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação de Balneário Camboriú, bem como os impactos positivos que a proposta representa para a promoção da inclusão e da acessibilidade no ambiente escolar, manifestamos parecer favorável à sua aprovação. Destaca-se a relevância da medida para a concretização dos princípios do PME, assegurando o direito de todos os estudantes a uma educação de qualidade, inclusiva e sensível às suas especificidades. Este Conselho se mantém à disposição para colaborar com o acompanhamento da implementação da referida política pública. À luz das atribuições conferidas por meio do artigo 1º da Lei Municipal nº 3.408/2012, e diante dos elementos

expostos, este parecer é favorável à aprovação do Projeto de Lei Ordinária n.º 21/2025, com a ressalva, desde que seja expressamente vedada a transferência de recursos públicos para instituições privadas com fins lucrativos, mesmo que atuem no setor educacional. A utilização de verbas oriundas de programas governamentais voltados à inclusão e acessibilidade deve ser exclusivamente direcionada à rede pública de ensino ou, em casos excepcionais, a instituições privadas sem fins lucrativos e que atendam aos critérios legais estabelecidos pelo artigo 213 da Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). Após a leitura, a presidente deixou a palavra aberta e não houve questionamentos. Posto em votação, **sendo aprovado unanimemente**. Em seguida a presidente passa a palavra para a conselheira Simone que fez juntamente com a conselheira Regina o Parecer 008/2025. ASSUNTO: Projeto de Lei que institui o programa de formação continuada para acompanhantes de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculadas na rede municipal de ensino, de autoria do Vereador Samir Dawud. INTERESSADA: Vereadora Jade Martins. RELATORAS: Regina da Silva Mendes e Simone Hermes dos Santos Almeida. I – RELATÓRIO: O presente Parecer tem como objetivo analisar o Projeto de Lei Ordinária nº 57/2025, que propõe a criação de um programa de formação continuada para acompanhantes de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculadas na rede municipal de ensino de Balneário Camboriú. A justificativa do projeto está ancorada na necessidade de oferecer formação qualificada aos profissionais que atuam diretamente com crianças autistas no ambiente escolar. O TEA é uma condição do neurodesenvolvimento que demanda práticas pedagógicas especializadas e baseadas em evidências para garantir o desenvolvimento integral dos estudantes. Mas, deve estar muito bem especificado que se trata de um ambiente educacional, evitando que se confunda com a realização de terapia comportamental, o que faz parte da clínica. Ao afirmar que a “Análise do Comportamento Aplicada (ABA) é uma das abordagens mais reconhecidas e eficazes para o **tratamento** do autismo”(grifo nosso), corremos o risco de desvirtuar a abordagem educacional que os profissionais da educação devem realizar, ainda que alguns profissionais argumentem que a aplicação da ABA no ambiente escolar complementaria a carga horária necessária por ocorrer em todos os espaços frequentados pelo estudante com TEA, é preciso cautela para que não se comprometa o caráter pedagógico da atuação docente. Recomenda-se que o texto do projeto explicita com clareza que os acompanhantes referidos são os Auxiliares de Apoio Pedagógico em Educação Especial (AAEE), profissionais que já constam na



carreira municipal e que prestam suporte direto a estudantes com deficiência, incluindo aqueles com TEA, quando necessidade comprovada por equipe multidisciplinar. Essa definição é fundamental para assegurar a adequada implementação das ações previstas e o correto direcionamento da política pública. O projeto também prevê a coordenação da formação pela Secretaria Municipal de Educação, em parceria com instituições especializadas como a Casa do Autista e a Associação de Amigos do Autista (AMA) de Balneário Camboriú, garantindo ações semestrais de formação e a avaliação contínua do programa. Vale ressaltar que ações semestrais seriam insuficientes, tamanha a demanda e conhecimento que deve ser trabalhado. Sugere-se, ainda, que o termo “capacitação” seja substituído por “formação”, a fim de alinhar-se conceitualmente ao caráter continuado e reflexivo que o processo de desenvolvimento profissional requer. Cabe destacar que, além dos AAEE, é altamente recomendável que o programa de formação continuada inclua também as professoras de Atendimento Educacional Especializado (AEE), uma vez que estas profissionais são responsáveis pelo acompanhamento pedagógico, planejamento e supervisão do trabalho das auxiliares, faz a orientação aos professores regentes e de área, e também à todos os profissionais da escola. Sua participação ativa nas formações assegura a coerência metodológica e pedagógica no atendimento aos estudantes com TEA, promovendo maior articulação entre a sala de aula comum, a sala de recursos e os demais espaços educativos. Além disso, a maioria dos AAEEs são contratados temporariamente, tendo uma rotatividade muito grande a cada ano, mas os professores de AEE são, na grande maioria efetivos, permanecendo na rede por muitos anos, tornando-se multiplicadores do conhecimento.

II – ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO: O Projeto de Lei está em consonância com os princípios da educação inclusiva previstos na Constituição Federal, na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e nas diretrizes do Plano Municipal de Educação. Ao propor a formação continuada dos profissionais que atuam diretamente com estudantes com TEA, a iniciativa fortalece a política de inclusão e assegura melhores condições para a aprendizagem e participação dos estudantes. A formação proposta, fundamentada em práticas baseadas na Análise do Comportamento Aplicada (ABA), é respaldada por evidências científicas e visa à promoção de habilidades sociais, comunicativas e cognitivas dos estudantes com TEA. A gestão do programa pela Secretaria Municipal de Educação, em articulação com instituições especializadas, demonstra o compromisso com a formação qualificada dos profissionais e com o acompanhamento dos resultados. Além disso, ao incluir também as professoras de AEE na formação, amplia-se o alcance

da proposta, garantindo maior qualidade e integração no atendimento aos estudantes com TEA. A atuação conjunta entre professoras de AEE e AAEE é fundamental para a construção de estratégias pedagógicas eficazes, baseadas nas necessidades individuais de cada estudante. III – CONCLUSÃO E VOTO DO RELATOR: O Projeto de Lei nº 57/2025 apresenta uma proposta relevante e alinhada com os princípios da educação inclusiva. Recomenda-se a sua aprovação, com as seguintes considerações: Substituição do termo “capacitação” por “formação”, para expressar com mais precisão o caráter contínuo e reflexivo da proposta; Inclusão, no texto do projeto, da definição dos acompanhantes como **Auxiliares de Apoio Pedagógico em Educação Especial(AAEE)**; Inclusão das **Professoras de Atendimento Educacional Especializado (AEE)** no programa de formação continuada, considerando sua responsabilidade pedagógica e supervisora no processo de escolarização dos estudantes com TEA e na orientação dos auxiliares e demais profissionais que atuam com esse público. Estas recomendações visam garantir a clareza conceitual, a efetividade das ações formativas e o fortalecimento da rede de apoio aos estudantes com TEA. Na palavra aberta a conselheira Jéssica sugere que a rede de ensino precisa entender a função do AEE e AAEE (que não é segundo professor) porque há equívoco com relação ao cargo e também sobre a elegibilidade dos estudantes, pois não são todos que necessitam, mesmo que tenham laudos, quem define a necessidade é a escola. A conselheira Valéria também faz uso da palavra citando que nem deveria ser necessário um Projeto de Lei, visto que houve um aumento significativo de AAEE e que a maioria assume o cargo sem ter conhecimento da sua real função. Quem acaba ajudando, dentro do possível, é a supervisão escolar e AMA. Que o departamento da educação especial não faz essa capacitação; relata ainda, que faz anos que não ocorrem mais. A conselheira Simone ainda complementa que muitos estudantes não possuem laudos devido a demora nos atendimentos nas equipes da saúde para elaboração desse documento. Após, o parecer foi colocado em votação, sendo **aprovado por todos os presentes**. Após a votação a reunião foi encerrada pela presidente e reforça a convocação para a próxima reunião a se realizar no dia 27 de maio às 14 horas. Esta Ata foi redigida por mim, secretária executiva, Monique Fabiana Saut Mello.